

Carta-Compromisso com os Municípios Mineradores e Afetados pela Atividade Mineral

Ao Senhor Marco Antônio Lage, Prefeito de Itabira

Presidente da Associação Brasileira dos Municípios Mineradores, AMIG Brasil

Aos Municípios Mineradores e aos Municípios Afetados pela Atividade Mineral

Às Prefeitas e aos Prefeitos

Às Vereadoras e aos Vereadores

Assunto: Compromissos da chapa do MDB de Minas Gerais com uma mineração ambientalmente responsável, economicamente competitiva e socialmente transformadora.

Senhor Presidente,

Senhoras Prefeitas e Senhores Prefeitos,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Os signatários desta Carta assumem perante a AMIG Brasil, os municípios mineradores e os municípios afetados pela atividade mineral compromissos públicos e verificáveis para o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais.

Esta Carta parte de três premissas:

- Recurso mineral sem aproveitamento responsável não gera desenvolvimento.
- Exploração mineral sem legado reproduz dependência.
- Arrecadação sem boa gestão não se converte automaticamente em qualidade de vida.

Nosso objetivo é conciliar competitividade, desenvolvimento regional, legado territorial, segurança ambiental e segurança jurídica. A mineração precisa gerar oportunidades enquanto a jazida produz e, quando ela chegar ao fim, deixar nos territórios uma economia mais diversificada e capaz de seguir em frente.

Os compromissos estão distribuídos de acordo com as competências constitucionais dos cargos disputados. O candidato a Governador assume as obrigações próprias do Governo do Estado de Minas Gerais. Os candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados assumem a agenda legislativa e institucional da União. As candidatas e os candidatos à Assembleia Legislativa assumem os compromissos de fiscalização, legislação e orçamento no âmbito estadual.

Responsabilidade fiscal e rigor técnico orientarão a execução, sem servirem de justificativa genérica para a inércia. Toda medida com impacto orçamentário deverá apresentar cronograma, estimativa de custo e fonte de financiamento.

I. Compromissos do Governo do Estado de Minas Gerais

1. Garantir segurança jurídica e coordenação permanente da política mineral estadual

O Governo do Estado instituirá uma rotina permanente de coordenação da política mineral entre comunidades, empresas, municípios e universidades, sem criar uma nova camada de cargos.

Os procedimentos estaduais terão critérios, prazos e regras públicos, com decisões administrativas fundamentadas e sujeitas a acompanhamento. Nenhuma empresa será favorecida ou perseguida em razão de proximidade econômica, partidária ou pessoal com integrantes do governo.

Quem investe em Minas Gerais precisa conhecer previamente suas obrigações e ter a segurança de que as regras não serão alteradas arbitrariamente depois da realização do investimento.

2. Fortalecer o licenciamento ambiental e a segurança dos territórios

O Governo do Estado fortalecerá o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, valorizando os servidores e recompondo a capacidade técnica da FEAM, do IEF, do IGAM e da Semad.

Será elaborado um planejamento ambiental integrado entre autorização para supressão vegetal; avaliação estratégica de impacto; licenciamento ambiental; outorga do direito de uso da água. A intenção é reduzir procedimentos sobrepostos, concentrar a análise técnica nos riscos relevantes e garantir uma resposta administrativa em prazo razoável.

Agilidade não será sinônimo de licença automática, assim como rigor no licenciamento não pode significar um processo sem fim. Os municípios e as comunidades atingidas terão acesso às informações necessárias e participação compatível com as competências legais de cada ente.

A política de segurança de barragens contará com auditoria independente, cadastro georreferenciado, monitoramento contínuo, planos de emergência testados e transparência. O Estado acompanhará os cronogramas de descaracterização das estruturas alteadas pelo método a montante e manterá articulação permanente com a Agência Nacional de Mineração e os órgãos de controle.

3. Combater a mineração ilegal e proteger quem produz corretamente

O Governo do Estado coordenará a atuação ambiental, fiscal e policial contra a extração mineral clandestina e contra as atividades econômicas associadas à comercialização, lavra e logística ilegais.

Essa atuação será integrada com os municípios e com a União. O Estado utilizará cruzamento de dados, fiscalização territorial e inteligência para identificar operações incompatíveis com os títulos minerários ou com as licenças concedidas.

Quem licencia sua atividade, paga os tributos e respeita a legislação não pode disputar mercado com quem atua à margem da lei. Combater a mineração ilegal é proteger a arrecadação, a concorrência leal e o meio ambiente, além das próprias empresas que assumem os custos de produzir corretamente.

4. Implementar a Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras

O Governo do Estado implementará uma Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras voltada ao desenvolvimento das cadeias produtivas ligadas ao lítio, aos minerais críticos e às terras raras.

A política reunirá formação profissional; fornecedores locais; pesquisa geológica e tecnológica; centros de desenvolvimento; conexão com a economia de baixo carbono e com a transição energética. O BDMG, a Cemig, a Fapemig, a UEMG e a Unimontes serão articulados, dentro de suas competências, para apoiar ciência, emprego, pesquisa e tecnologia.

A agregação de valor será estimulada nos elos em que Minas Gerais possuir energia competitiva, escala, mercado e tecnologia. Não será prometida uma verticalização artificial que dependa permanentemente de proteção econômica ou de subsídio público.

O Estado apoiará investimentos economicamente sustentáveis e capazes de permanecer depois da fase inicial de incentivo.

5. Tratar ferrovia como parte da política mineral e do legado territorial

O Governo do Estado implementará o programa O Futuro sobre Trilhos e recuperará sua capacidade de planejar projetos ferroviários.

Será estruturado um portfólio permanente de projetos executivos para captar recursos provenientes da compensação mineral, das fontes federais, dos financiamentos climáticos e das outorgas ferroviárias.

O Estado apoiará a implantação de ferrovias regionais de curta extensão, conhecidas como shortlines, e atuará perante a União para ampliar o acesso competitivo e não discriminatório à infraestrutura ferroviária existente, sempre conforme os contratos e a regulação federal.

A política buscará diversificar as cargas agroindustriais, industriais e minerais. As concessões ferroviárias que atravessam Minas Gerais deverão deixar contrapartidas territoriais efetivas.

A mina pode chegar ao fim. O trilho permanece e pode continuar servindo à indústria, ao produtor e aos novos investimentos.

II. Compromissos dos candidatos do MDB ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados

1. Fortalecer institucionalmente a Agência Nacional de Mineração

A bancada federal do MDB de Minas Gerais defenderá condições adequadas para que a Agência Nacional de Mineração possa arrecadar, fiscalizar e regular.

Serão defendidos orçamento, pessoal, presença regional e tecnologia compatíveis com as responsabilidades da agência, além de acordos de cooperação que permitam a atuação coordenada entre Estados, municípios e União. Os municípios precisam ter acesso aos dados necessários para acompanhar a produção mineral e colaborar com a fiscalização da CFEM.

Uma agência forte precisa fiscalizar quem está errado e responder com eficiência a quem está certo.

2. Modernizar o Código de Mineração e aperfeiçoar o regime de outorgas

A bancada federal defenderá a modernização do Código de Mineração e a revisão do regime de títulos que permaneçam ativos por períodos indefinidos sem investimento, pesquisa ou produção.

A legislação deverá estabelecer critérios de desempenho; mecanismos de renovação; prazos; reavaliação periódica. O descumprimento injustificado das obrigações associadas ao título deverá permitir a retomada da área para novo aproveitamento econômico.

Qualquer mudança deverá respeitar ampla defesa, contraditório e devido processo legal, preservando também os investimentos efetivamente realizados e as situações juridicamente constituídas.

O objetivo é impedir a retenção puramente especulativa de áreas e ampliar o aproveitamento responsável dos recursos minerais sem criar instabilidade para quem investe e cumpre suas obrigações.

3. Combater a inadimplência e a sonegação da CFEM

A bancada federal defenderá auditorias eletrônicas, cooperação municipal e integração de dados para enfrentar inadimplência, prescrição e sonegação na arrecadação da CFEM.

Será apoiado o fortalecimento da capacidade da Agência Nacional de Mineração para constituir e cobrar os créditos devidos. Também serão defendidos procedimentos rastreáveis e uniformes, com prioridade para operações de maior risco fiscal.

Os municípios deverão poder acompanhar auditorias e fornecer informações territoriais relevantes, nos termos definidos pela legislação e pelos acordos de cooperação.

Antes de cobrar mais de quem já paga corretamente, o poder público precisa cobrar de quem não paga. O combate à evasão da CFEM será integrado ao enfrentamento da mineração ilegal e à melhoria da rastreabilidade da produção mineral.

4. Promover uma revisão responsável do regime da CFEM

A bancada federal defenderá a instalação de uma mesa técnica nacional para avaliar alíquotas, base de cálculo, distribuição e impactos da Reforma Tributária sobre os municípios mineradores e afetados.

A revisão deverá ser precedida por estudos econômicos, fiscais e setoriais. Qualquer proposta precisará demonstrar seus efeitos sobre emprego, investimento e receita local.

Esta Carta não fixa previamente uma alíquota sem avaliação de impacto. O compromisso assumido é promover uma discussão com prazo, transparência e participação dos entes envolvidos, buscando equilíbrio entre compensação justa, competitividade e segurança jurídica.

A bancada também defenderá medidas capazes de enfrentar perdas federativas decorrentes da Reforma Tributária e de proteger a capacidade de investimento dos municípios mineradores e afetados.

5. Manter uma agenda federal permanente em defesa dos municípios mineradores e afetados

Os candidatos do MDB ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados manterão uma agenda permanente para os temas relacionados à CFEM; à legislação federal de licenciamento ambiental; aos minerais críticos; à Reforma Tributária.

A bancada defenderá participação efetiva dos municípios na formulação das políticas nacionais que afetem seus territórios e atuará pela destinação de recursos federais para dados geológicos, ferrovias e pesquisa aplicada. Minas Gerais precisa chegar a Brasília com projetos estruturados e uma posição comum entre Estado e municípios.

Os interesses territoriais precisam ser acompanhados de forma permanente, e não apenas quando uma crise já aconteceu ou uma votação está concluída.

III. Compromissos das candidatas e dos candidatos do MDB à Assembleia Legislativa

1. Assegurar fiscalização legislativa e orçamento para a política ambiental estadual

A bancada estadual do MDB acompanhará a execução orçamentária e as condições institucionais da FEAM, do IEF, do IGAM e da Semad.

Serão cobrados indicadores públicos sobre fiscalização ambiental; licenciamento; monitoramento de barragens; prazos de resposta. A Assembleia Legislativa deverá exercer fiscalização permanente sobre a capacidade do Estado de prevenir acidentes e responder aos riscos ambientais.

A bancada apoiará investimentos em estrutura, pessoal e tecnologia, com planejamento plurianual e critérios territoriais.

2. Instituir uma política estadual de legado mineral e pós-mineração

A bancada estadual apoiará a instituição, por iniciativa juridicamente adequada, de uma política estadual de legado mineral e pós-mineração.

A política deverá orientar a utilização estratégica da parcela estadual da CFEM em ciência, diversificação econômica, infraestrutura, recuperação ambiental e tecnologia.

O Estado oferecerá apoio técnico aos municípios interessados na elaboração de planos locais de diversificação e transição econômica, respeitada a autonomia municipal.

A preparação para o encerramento da atividade precisa começar enquanto a mineração ainda vive seu período de maior capacidade econômica e arrecadatória, e não quando a última tonelada sair da mina.

A receita mineral é finita. O desenvolvimento construído com ela precisa ser duradouro.

3. Medir resultados da aplicação dos recursos ligados à mineração

A bancada estadual apoiará a criação da Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais, conforme previsto no Plano de Governo.

A avaliação deverá examinar ações, benefícios, programas, regulações e subsídios relacionados à política mineral, identificando efeito, impacto e resultado sem confundir gasto executado com transformação social.

A Fundação João Pinheiro, os institutos de pesquisa e as universidades poderão apoiar a construção das metodologias.

Mais receita precisa aparecer na vida de quem mora no território. O cidadão precisa saber quanto foi arrecadado e o que efetivamente mudou.

4. Multiplicar boas práticas e investimentos sociais de alto impacto

A bancada estadual apoiará a criação de uma rede de cooperação formada pela AMIG Brasil, pelas empresas, pela Fundação João Pinheiro, pelos municípios e pelas universidades.

A rede identificará projetos com resultados comprovados e potencial de replicação. Poderão ser contempladas iniciativas de cultura, educação, esporte e formação profissional, além de outras prioridades definidas pelos territórios.

O investimento social voluntário será reconhecido e estimulado, sem substituir obrigações ambientais, fiscais ou reparatórias e sem funcionar como moeda de troca para a concessão de benefício tributário ou licença ambiental.

O Estado deverá conhecer o que funciona e ajudar a multiplicar experiências bem avaliadas.

5. Garantir transparência e integridade na relação entre o Estado e o setor mineral

A bancada estadual apoiará o Portal Único de Transparência Radical previsto no Plano de Governo.

O portal deverá apresentar aplicação da CFEM estadual, incentivos, licenças ambientais, reuniões do alto escalão e situação das barragens. Também deverá permitir a identificação dos agentes responsáveis e dos beneficiários finais, quando juridicamente possível.

As reuniões do Governador e dos dirigentes estaduais com mineradoras deverão possuir agenda e registro públicos.

A mineração e o licenciamento ambiental serão áreas prioritárias da auditoria por risco. As decisões aceleradas ou de maior impacto estarão sujeitas a controle preventivo.

Empresa não precisa ser amiga do Governador. Precisa cumprir a lei.

IV. Acompanhamento, execução e prestação de contas

Nos primeiros noventa dias do Governo, será apresentada uma matriz de execução desta Carta com indicadores, órgãos responsáveis e prazos.

O Governo do Estado realizará reunião semestral de acompanhamento com a AMIG Brasil e representantes dos municípios mineradores e afetados. As reuniões terão pauta prévia e registro público das providências.

As bancadas federal e estadual do MDB apresentarão relatório anual sobre as medidas legislativas e institucionais relacionadas aos compromissos assumidos.

Os compromissos serão classificados conforme sua natureza: articulação federativa; competência do Executivo estadual; competência legislativa estadual; competência legislativa federal.

Quando a atribuição pertencer a outro ente, isso não servirá de justificativa para omissão. Os signatários assumem o dever de articular, propor e tornar pública sua atuação.

A assinatura desta Carta não implica apoio político ou eleitoral da AMIG Brasil aos signatários. Os compromissos são assumidos unilateralmente pelas candidaturas e respeitam a autonomia institucional da associação e dos municípios.

Compromisso final

Minério parado debaixo da terra não melhora a vida de ninguém. Retirá-lo sem deixar desenvolvimento tampouco resolve o problema, assim como arrecadar mais sem transformar a receita em legado.

Defendemos uma mineração ambientalmente responsável, economicamente competitiva e socialmente transformadora.

Quem investe corretamente precisa de segurança. Quem atua ilegalmente precisa ser combatido. Quem sonega precisa pagar. Quem convive com os impactos precisa participar da riqueza produzida.

A mina um dia acaba.

O desenvolvimento precisa ficar.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2026.

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador do Estado de Minas Gerais pelo MDB

Arcanjo Pimenta

Candidato a Senador da República por Minas Gerais pelo MDB

Manoel Carvalho

Candidato a Senador da República por Minas Gerais pelo MDB

Candidatas e candidatos a Deputado Federal pelo MDB de Minas Gerais

Candidatas e candidatos a Deputado Estadual pelo MDB de Minas Gerais
